



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA JÚLIA DE ARAÚJO BARBOSA

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS
ANOS INICIAIS EM FOCO**

Campina Grande- PB

2014

MARIA JÚLIA DE ARAÚJO BARBOSA

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS
ANOS INICIAIS EM FOCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para a integralização curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

Campina Grande- PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B239f Barbosa, Maria Júlia de Araújo
A formação do professor para a educação inclusiva
[manuscrito] : os anos iniciais em foco / Maria Júlia de Araújo
Barbosa. - 2014.
48 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento
de Educação".

1. Educação Inclusiva 2. Formação de Professor 3. Pessoas
Portadoras de Deficiência I. Título.

21. ed. CDD 370.115

MARIA JÚLIA DE ARAÚJO BARBOSA

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
OS ANOS INICIAIS EM FOCO

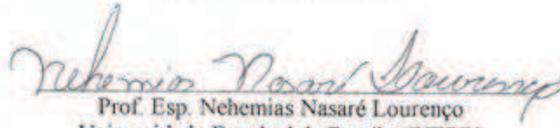
Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do grau de Graduada.

Aprovada em 23/10/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Maria Célia de Assis
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora interna)


Prof. Esp. Nehemias Nasaré Lourenço
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinador externo)

Dedico

*Ao meu irmão, Neto.
Uma criança especial!
que enfrenta muitas dificuldades na vida.
Um vencedor!
que, mesmo diante de uma doença rara, nunca desistiu de lutar.
Ele é o alicerce que me mantém forte para alcançar meus objetivos.
Amo-te, meu irmão!*

Agradeco

*Primeiramente agradeço a **Deus**, por me dar paciência, sabedoria e fé, por não me deixar desistir em nenhum momento da minha caminhada.*

Ao longo do período dessa graduação, feita por momentos de dificuldade e de alegrias, muitas pessoas passaram por minha vida e deixaram marcas e lições, algumas gratificantes, pois me ajudaram a melhorar, contei com o apoio de várias pessoas que ajudaram de alguma forma a alcançar essa vitória, e por isso, merecem meus agradecimentos, minha admiração e todo o meu carinho.

*Aos meus pais, **Pedro Gomes e MariaIrani**, que sempre me incentivaram a prosseguir na minha caminhada, que deixaram de realizar alguns de seus sonhos para que eu pudesse alcançar os meus. Obrigadapor tudo! Vocês são a razão do meu viver!*

*A minha avó, **Alice Maria**, minha eterna amiga, pelas horas de conversa e gargalhadas, um exemplo de mulher. Obrigada, minha segunda mãe!*

*Aos meus irmãos, **MariaIvanilza, AnaThays, Severino Neto e Paulo Sérgio** por sempre estarem unidos e presentes um na vida do outro, por me ajudarem e aguentarem os momentos conturbados da minha vida. Meu amor por vocês é recíproco!*

*A meu sobrinho, **José Augusto**, por me transmitir paz através de cada sorriso, por ser tão alegre e encher todas as pessoas a sua volta de muita felicidade! Te amo, meu pequeno!*

*As minhas amigas, **HayanaCrislayneeErlane Garcia** que me presentearam com suas amizades sem interesse, dividindo comigo momentos de alegria, distração e sempre me apoiando nas dificuldades e incertezas, me dando força para não desistir. Obrigada, minhas amigas!*

*As minhas amigas conquistadas na universidade: **JulianaCristinae Valéria Guedes**. Obrigada pela parceria e disponibilidade de me ajudar sempre que precisei. Obrigada também pelas palavras de motivação e os momentos de divertimento compartilhado junto.*

*Ao meu professor, amigo e orientador, **Eduardo Onofre**, por ser um exemplo de homem, educado, calmo e atencioso, que me ajudou muito na construção desse trabalho de conclusão de curso. Obrigada, meu querido professor!*

*Agradeço aos professores **Maria Célia de Assis e Nehemias Nasaré Lourenço** por fazerem parte da minha banca examinadora.*

A todos que me apoiaram nessa caminhada. Meu muito obrigado!

Viver...

*Veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais,
ainda não foram terminadas –mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.*

*Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo!
- só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada.
Assaz senhor sabe: a gente quer passar um rio nado, e passa;
mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo,
bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?*

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.
Guimarães Rosa*

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com deficiência vem recebendo, nos últimos anos, uma significativa atenção. Compreendemos que para atuar na classe regular no contexto da educação inclusiva é preciso existir professores capazes de promover a aprendizagem e o desenvolvimento do educando. O objetivo central do presente estudo foi investigar a formação continuada que o professor dos anos iniciais do ensino fundamental I, vem recebendo para atuar na classe regular no contexto da educação inclusiva. No entanto, muitos docentes encontram-se despreparados para contribuir na educação inclusiva. A metodologia que foi utilizada nesse trabalho é de cunho qualitativo. Participaram da presente pesquisa cinco professoras de uma escola regular pública do ensino fundamental I, localizada no município de Campina Grande – PB. Utilizamos como instrumento metodológico uma entrevista semi-estruturada e os dados transcritos foram submetidos à análise de conteúdo. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de abril e maio de 2014. As referidas docentes destacaram alguns aspectos que prejudicam a educação inclusiva tais como: falta de diagnóstico dos educandos, a falta de uma capacitação para os professores, a oferta de formações continuadas de curto prazo para os docentes e o desconhecimento dos recursos metodológicos que devem ser utilizados com seu aluno com deficiência. Portanto, compreendemos que alguns dos principais fatores que dificultam a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares estão associados à falta de uma formação continuada que preparem os educadores, deixando-os capazes de desenvolver práticas pedagógicas de acordo com as necessidades educacionais dos alunos.

Palavras-chave: Formação do professor. Educação Inclusiva. Deficiência.

ABSTRACT

The inclusion of students with disabilities into schools has received in recent years, a significant attention. We understand that to act in the regular class in the context of inclusive education, there must be capable teachers to promote learning and the student development. The central aim of this research was to investigate the continuing education that the teachers in the early years of primary basic education have been receiving, to work in the regular class in the context of inclusive education. However, many teachers think themselves unprepared to contribute in inclusive education. The methodology used in this paper is qualitative in nature. In the present study five female teachers from first basic education in a regular public school, located in Campina Grande – PB participated in it. A semi-structured interview was used as a methodological tool, and the transcribed data was subjected to content analysis. The research was done in the months of April and May 2014. These teachers highlighted some aspects that impair inclusive education as: the lack of diagnosis of learners, the lack of training for teachers, the offer of short-term continuing education for teachers and the unfamiliarity of methodological resources that should be used with their student with disabilities. Therefore, we understand that the main factors that hinder the inclusion of students with disabilities in regular schools are associated with a lack of continued training that prepare the educators, leaving them able to develop pedagogical practices according to the educational needs of students.

Keywords: Teacher training. Inclusive Education. Disability.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 Rampas de acesso..... | 28 |
| Figura 2 Sala de recursos multifuncionais SRM..... | 28 |
| Figura 3 Banheiro adaptado..... | 29 |

LISTA DE SIGLAS

NEE-Necessidades Educacionais Especiais

ANEE- Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

AEE-Atendimento Educacional Especializado

LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNEE-Plano Nacional da Educação Especial

MEC-Ministério da Educação e Cultura

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPP-Projeto Político Pedagógico

TCC-Trabalho de Conclusão de Curso

LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: aspectos históricos e desafios atuais..... | 15 |
| 2.1 Aspectos históricos: um breve percurso..... | 15 |
| 2.1.1 Inclusão: Desafios e perspectivas..... | 17 |
| 2.2 A formação do professor para a inclusão..... | 20 |
| 2.2.1 A problemática da formação dos professores..... | 22 |
| 3 METODOLOGIA..... | 25 |
| 3.1 Caracterização da pesquisa..... | 25 |
| 3.2 Participantes da pesquisa..... | 25 |
| 3.3 Instrumentos metodológicos..... | 26 |
| 3.4 Cenário da pesquisa..... | 26 |
| 3.5 Análise dos dados..... | 28 |
| 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS..... | 30 |
| 4.1 A educação inclusiva na ótica dos professores..... | 30 |
| 4.2 A participação em cursos ou programas na área da educação inclusiva..... | 32 |
| 4.3 O aluno com deficiência na sala de aula..... | 33 |
| 4.4 Os desafios encontrados no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular..... | 37 |
| 4.5 O que melhora o processo de inclusão dos alunos deficientes..... | 38 |
| 5 ÀGUISA DE CONCLUSÕES..... | 41 |
| REFERÊNCIAS..... | 43 |
| APÊNDICE..... | 47 |

INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa, realizamos uma discussão sobre a questão da formação que os educadores dos anos iniciais do ensino fundamental I vêm recebendo para atuar na classe regular no contexto da educação inclusiva. A proposta de uma educação inclusiva é celebrar a diversidade nas escolas regulares e promover a aprendizagem dos alunos, com ou sem deficiência, que venham a apresentar necessidades educacionais especiais (NEE).

É certo que a inclusão para ser efetivar precisa de um trabalho longo e questionador, porém, existem vários fatores que permeiam a problemática da inclusão. Diante desta perspectiva, surgiram alguns questionamentos que motivam a construção deste trabalho: Qual a formação que o professor das series iniciais do ensino fundamental I vem recebendo para atuar na educação inclusiva? Qual a concepção de inclusão por parte dos educadores do ensino fundamental I? A partir destes questionamentos, analisamos a problemática da formação do professor no processo de inclusão no contexto da escola regular, realizamos entrevistas com cinco professoras do ensino fundamental I numa escola municipal localizada no município de Campina Grande - PB. Investigamos a formação do professor e a sua concepção de acordo com a realidade vivida dentro da escola regular.

Partimos do pressuposto que é preciso um entendimento aprofundado, ao refletir estes termos de maneira crítica, principalmente na educação escolar, é necessário por em evidência se o professor está preparado para atender alunos com alguma deficiência. É objetivo da educação, adaptar e ajudar no desenvolvimento das potencialidades do educando, contribuindo assim na construção da personalidade e caráter de cada ser humano.

A pesquisa buscou uma reflexão inicial sobre a percepção do professor do ensino fundamental II, sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência e a formação que o mesmo vem recebendo, ou seja, as atitudes e práticas educacionais, relacionado ao atendimento oferecido aos alunos com deficiência. Esses alunos devem ter seus direitos preservados e assegurados por lei e não devem sofrer nenhum tipo de discriminação.

A falta de formação dos profissionais da área da educação comprometerá o ensino aprendizagem de alguns alunos, tendo em vista que se faz necessário que o professor seja capacitado e que esteja preparado para receber alunos com alguma deficiência e conheça os conteúdos e metodologia específica para ajudar o aluno com necessidades educacionais especiais.

Diante do contexto, nosso objetivo geral foi investigar a formação continuada que os professores dos anos iniciais do ensino fundamental I vêm recebendo para lidar com a educação inclusiva, em uma escola pública localizada no município de Campina Grande-PB. Consoante ao foco central da nossa investigação, os objetivos específicos foram: identificar o perfil acadêmico dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental I; compreender as ações pedagógicas que o professor dos anos iniciais do ensino fundamental I vem adotando frente à inclusão escolar dos alunos com deficiência; e averiguar a formação inicial e continuada, no âmbito da inclusão escolar das pessoas com deficiência, que os professores do ensino fundamental I, recebem ao longo do seu percurso acadêmico e profissional.

Dessa forma, estruturamos o presente estudo em um capítulo e as reflexões finais. No capítulo abordamos a educação inclusiva: aspectos históricos e desafios atuais. E os resultados foram obtidos através das entrevistas realizadas com as cinco professoras de uma escola municipal regular localizada no município de Campina Grande- PB. Em seguida apresentamos algumas principais conclusões do trabalho a cerca da concepção dos professores sobre a educação inclusiva e a formação que os mesmos estão recebendo.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: aspectos históricos e desafios atuais

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS: UM BREVE PERCURSO

Não podemos falar em educação inclusiva sem nos remetermos ao contexto histórico que se dá a partir da exclusão até se chegar à inclusão. Esse questionamento existe desde a Antiguidade (480 a.C) e continua presente até hoje, pois, ao longo do tempo as crianças especiais eram excluídas e até mesmo extintas da sociedade, como afirma Cardoso (2006, p.15) “os registros históricos comprovam que vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas com deficiência e demonstram como suas vidas eram ameaçadas”. No passado, as pessoas percebiam a deficiência permeada de medos, superstições, maus tratos e exclusão.

Assim, desde o princípio, a vida da pessoa com deficiência sempre foi difícil, porque a sociedade excluía a maioria dos deficientes negando seus direitos. A Idade Média foi marcada pelo período da segregação e as crianças especiais eram separadas das “normais”, ou seja, eram excluídas. Conforme relata Fernandes (2006, p.22) “inicia-se, então, no século XVI, o chamado período da segregação das pessoas com deficiências em instituições, que tinha o objetivo de enclausurar aqueles que não se encaixavam nos padrões de normalidade (...)”.

Nesse sentido, durante muito tempo a criança dita “especial” foi separada das demais, como forma de proteger as pessoas que não possuíam alguma deficiência, essa prática ficou conhecida como segregação.

Essa tendência, que já foi senso comum no passado, reforçava não só a segregação de indivíduos, mas também os preconceitos sobre as pessoas que fugiam dos padrões de “normalidade” agravando-se pela irresponsabilidade dos sistemas de ensino para com essa parcela da população, assim como pelas omissões e/ou insuficiência de informações acerca desse alunado nos cursos de formação de professores. (BRASIL, 2001b, pp.20:21)

Na década de 70, foram instaladas instituições de atendimento educacional a alunos com necessidades especiais educacionais (ANEE) criando classes especiais, sendo chamada de educação especial. Como afirma Correia (2006, p. 247) “a educação especial, ou melhor, os serviços de educação especial necessitam ser um dos pilares essenciais em que se deve

assentar o ensino para os alunos NEE”.Correia (2006, p.247)ainda afirma que “no final dos anos 1970, começa a reconhecer-se que os alunos com NEE conseguiam alcançar sucesso escolar nas classes regulares.Podendo, assim tornar- se parte integrante do sistema regular de ensino”.

A partir desse momento é possível perceber que osalunos com necessidades especiais começam a ter participação no contexto educacional, mas isso não ocorre em todos os casos principalmente nos mais problemáticos, como os das crianças com alguma deficiência mais grave.

Outro grupo que é comumente excluído do sistema educacional é composto por alunos que apresentam dificuldade de adaptação escolar por manifestações condutuais peculiares de síndromes e de quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento, dificuldades acentuadas de aprendizagem e prejuízo no relacionamento social (BRASIL, 2001b,pp.19:20)

As reflexões sobre inclusão receberam mais atençãoa partir dadécadade 90 com a declaração da UNESCO que ocorreu na Tailândia também conhecida como a Declaração de Jomtiencom essa declaraçãooos direitos sociais foram afirmados e dentre eles o direito a educação para todos e, principalmente, da pessoa com deficiênciaaa ter acesso à escola regular. Portanto, ocorreramalgumas lutas que buscavam o direito de todos terem acesso a uma educação de qualidade. O que resultou em declarações que asseguraramo direito das pessoas com deficiência.

Em seguida, os direitos foram reafirmados na Declaração de Salamanca Espanha,e foi um encontro a fim de legalizar os direitos dos educandos com necessidades educacionais. Contudo, a nova politica para inclusãotambém está relacionada à formação de professores, pois é comum encontrar um aluno com deficiência ou com alguma necessidade educacional especial numa sala de aula doensino regular.

Segundo Cardoso (2006, p.21):

Devido à inquietação que a exclusão do portador de deficiência causava nos países da Europa, e também para reafirmar o direito de educação para todos, em 10 de junho de 1994, representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizam a Conferencia Mundial de Educação, encontro patrocinado pelo governo espanhol e pela UNESCO, conhecida na história da Educação como a Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca foi um dos principais documentos, nas últimas décadas que defendeu a educação inclusiva, e por esse motivo deve ser lembrada como uma contribuição para acabar com a exclusão e reafirmar o direito de educação para todos. No entanto, os alunos com necessidades educacionais especiais devem receber apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação eficaz. De tal modo, fortalecendo que os educandos aprendam e a prática da inclusão seja uma forma de promover o respeito entre os alunos com necessidades especiais e aqueles considerados “normais” no ensino regular.

2.1.1 Inclusão: Desafios e perspectivas

Para iniciar, é importante destacar o significado da palavra: “inclusão”. Assim, como o próprio nome já diz se refere ao ato de incluir. Segundo o Dicionário Aurélio (2001, p.380) incluir significa “compreender, abranger, conter em si, inserir, introduzir, incluir, estar incluído ou compreendido, fazer parte, inserir-se”. Ou seja, incluir o educando no contexto escolar é reconhecer que ele deve participar de tudo e ser reconhecido independentemente de suas necessidades.

A educação inclusiva é um procedimento que busca a participação de todos os educandos na escola regular. Para conseguir alcançar a inclusão é interessante fazermos uma reflexão sobre alguns pontos como, por exemplo: a formação do professor e a sua preparação para receber o aluno com necessidades especiais. É preciso uma interação entre professor e os alunos. A perspectiva da educação inclusiva é proporcionar benefícios para a vida de todas as crianças, tendo em vista que a partir da diversidade presente em sala de aula nessa sociedade pós-moderna, os mesmos devem aprender a conviver com as diferenças e ter respeito pelo próximo.

Nesta perspectiva, a intenção da inclusão na escola regular, é garantir os direitos daqueles que são considerados os “diferentes” para que sejam assegurados, já que por muitos anos foram negados. Por isso, a escola deve estar adaptada para receber esse tipo de aluno e mais do que isso, deve ter profissionais capacitados para saber como incluir o aluno na sala regular.

Na visão de Figueiredo(2008,p.143):

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas os alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Assim, fica evidente que a educação inclusiva não significa apenas incluir o aluno com deficiência, se não a todos, independentemente de possuir necessidades educacionais especiais ou não.

Um dos desafios que a educação inclusiva encontra é o de conseguir oferecer na escola regular um atendimento educacional compatível com as necessidades educacionais dos alunos, quer sejam associadas a uma deficiência ou a uma dificuldade. A inclusão se destaca como uma solução para a inserção de pessoas com alguma necessidade especial dentro do ensino regular a fim de promover a solidariedade entre os alunos com necessidades educacionais especiais e aqueles considerados “normais”, favorecendo, assim, no processo de ensino-aprendizagem.

Para que aconteça a inclusão, a escola deve entrar na linha da educação inclusiva, pois o ato de incluir não é direcionado a apenas uma pessoa, mas a todos. Assim, a escola também deve adaptar-se e se organizar para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, haja vista que quer realmente assumir uma postura inclusiva, é necessário que existam transformações em diversas linhas presentes no contexto educativo, pois não é só o fato de receber o aluno, mas também, estar devidamente preparada para recebê-lo. Segundo Freitas (2006, p. 173) “para efetivar a inclusão é preciso, portanto, transformar a escola regular em sua estrutura organizativa, começando por desconstruir práticas segregacionistas”. Por isso, acreditamos que a educação inclusiva tem como meta social a igualdade das pessoas deficientes que por muitas vezes, são excluídos da sociedade e a escola deve criar práticas que questionem concepções e valores abandonando modelos que discriminam.

A sociedade pós-moderna enfrenta diversos problemas no contexto da inclusão escolar, que resulta em diversas transformações, até mesmo no cotidiano educacional cujo contexto sofreu algumas mudanças e o ensino regular passou a ser composto por um alunado diversificado. Atualmente, é notória a diversidade que está presente na sala de aula comum,

que vai além de apenas uma diferença; diferentes culturas, religiões, raças, etnias, deficiências, características emocionais etc.

Portanto, o educador necessita entender como vai lidar com a diversidade presente na sala de aula, aceitando e possibilitando o acesso ao conhecimento para seus alunos. Como afirma Azanha (2006, p.63) “(...) o professor precisa ser formado para enfrentar os desafios da novidade contemporânea”. Assim, é evidente que a novidade seja a diversidade que está presente na escola e é isso o que celebra a inclusão do educando que é considerado diferente, por isso, o professor deve estar preparado para interagir com determinadas situações do cotidiano escolar.

A educação inclusiva supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade. (VITELLO; MITHAUG, 1998, apud AINSCOW, 2007, p. 11)

Para o professor, a diversidade presente na sala irá enriquecer seu trabalho dentro da instituição de ensino e exercerá uma prática para acabar, ainda que minimamente, com a exclusão. A educação inclusiva tem como base o fato de incluir todos os educandos no ensino regular, dentre eles, os alunos com deficiência e sem deficiência.

A interação com o outro é necessária para que haja a inclusão. Assim, no ambiente escolar é criada uma cultura inclusiva que acolhe todos de forma igual contribuindo para o fim do preconceito e da discriminação, também favorece a aceitação do outro. Para isso, faz-se necessário que na prática a pessoa com deficiência receba o mesmo atendimento que todas as outras crianças recebem e que participem de todas as atividades, ou seja, todos os alunos devem estar incluídos em tudo que acontece na instituição de ensino.

Entretanto, devido aos desafios enfrentados pela inclusão, percebemos que a formação continuada para os professores é um ponto primordial para suprir e ajudar na educação inclusiva. Nóvoa (2002, p.56) afirma que “a formação concebe-se como uma intervenção educativa, e é solidária dos desafios de mudança das escolas e dos professores”. Nesta perspectiva, o professor é visto como um ser que tem papel respeitável para que ocorra a inclusão no contexto escolar e que se encontra disponível para que possam ocorrer mudanças na sua formação.

As secretarias de educação têm papel fundamental na organização e promoção da formação continuada, uma vez que são elas que possibilitam o acompanhamento sistemático das equipes escolares, fixam as diretrizes gerais do trabalho, promovem assessorias, eventos de atualização e programas de formação (BRASIL, 1999, p.71).

As formações são necessárias para a capacitação do profissional da educação. Incluir o outro depende da colaboração e da boa vontade de toda a comunidade escolar. Para tanto, a escola enquanto instituição deve fortalecer os laços de afeto e respeito em sala de aula, entre os alunos e, principalmente, deve começar a ser trabalhada desde a educação infantil, onde as crianças devem aprender a respeitar e conviver com a diversidade. Para isso se possível, a prática do educador servirá de base para que ocorra a inclusão escolar tendo em vista que o professor serve de modelo para o educando.

Conforme Freitas (2006, p.162):

A inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais em função de um valor universal que é do desenvolvimento do ser humano.

A abordagem sobre a inclusão se refere ao ato de introduzir na educação o dever de garantir o direito de todos participarem da comunidade escolar. No entanto, percebemos que na prática é bem diferente, porque seria indispensável e necessário que acontecessem mudanças de atitudes e práticas educacionais para atender a todos os educandos sem nenhum tipo de discriminação garantindo o direito de cidadania para todos os educandos. Desse modo, é necessário incentivar a formação do docente e prepará-lo para prestar seus serviços relacionando teoria e prática e não excluindo nenhum aluno.

Diante dessa complexidade, devemos analisar se a formação do professor é a medida que deve ser tomada para colocar alunos com deficiência dentro de uma sala de aula regular, sendo essa uma medida considerada uma iniciativa inclusiva e estabelecida na política do Plano Nacional de Educação Especial (PNEE).

2.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO

O professor para a educação inclusiva deve receber uma formação que o prepare para promover aprendizagem, assim, também como desenvolver práticas inclusivas em sala de aula que proporcionem inclusão para todos os alunos para que eles aprendam a aceitar e conviver com as diferenças. Entretanto para que isso aconteça, o educador deve ser moldado desde cedo, a partir da sua formação inicial, recebendo uma preparação para enfrentar as

dificuldades presentes na classe comum, em especial, saber lidar com aqueles que possuem NEE. De acordo com Freitas (2006, p.169) “a formação do professor de modo geral (educador especial ou educador da classe comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares”.

Destacando a formação continuada do docente no campo da educação inclusiva, devemos pôr em relevo que para se efetivar uma perspectiva inclusiva, faz-se necessário que não só o professor esteja preparado, mas a escola também, devendo passar por um trabalho que supere a exclusão tendo como objetivo valorizar o indivíduo como cidadão, independente da sua condição, deve haver, então, novas percepções no contexto escolar, pois a inclusão exige da escola uma nova postura. Nesse caso, é fundamental a participação do educador que esse profissional se aperfeiçoe e seja um incentivador tanto dos educandos especiais quanto dos outros que convivem juntos.

Para Skliar (2006, p.28) “(...) os processos de exclusão e inclusão acabam sendo muito parecidos entre si, sendo então a inclusão um mecanismo de controle que não é o oposto da exclusão, senão o substituído como processo de controle social”. Posto isso, é evidente que o processo de inclusão por diversas vezes falha e exclui o indivíduo e para que exista uma melhora se faz necessário um aumento no investimento de formação para os docentes.

Portanto, para que isso não ocorra, o professor e a escola devem saber como agir para resolver determinadas situações de constrangimento as quais os educandos com necessidades especiais podem vir a passar no cotidiano escolar. É imprescindível que o educador tenha uma formação que o prepare para atuar no contexto da inclusão. Contudo, a formação também ocorre dentro da escola, quando os professores discutem com seus colegas de profissão a problemática encontrada no seu cotidiano profissional. Afim de encontrar uma solução para resolver a dificuldade encontrada dentro da sua sala de aula, já que muito se escuta em medidas de inclusão das políticas públicas mas na prática o modelo é outro.

Segundo Nóvoa (1999, p.22) “a crise da profissão docente arrasta-se há longos anos e não se vislumbram perspectivas de superação à curto prazo”. Fica evidente que a crise da profissão irá contemporizar mais tempo e conseqüentemente acorrentar mais serviço para os docentes. Não obstante, as propostas de formação inicial e continuada que o professor deve receber, podem suprir alguns significados principalmente no campo do Ensino Superior, o que faz com que a universidade fique a frente da formação inicial que o professor deve receber.

Sendo assim, como ressalta Ferreira (2006, p. 227):

A formação inicial, a meu ver, diz respeito exclusivamente à formação institucional oferecida a estudantes que não são professores e, portanto, não atuam em escolas ou outra forma de serviço educacional informal. Tal formação é oferecida em diferentes instituições de ensino (universidades, faculdades, institutos superiores de educação, cursos do magistério etc.)

Neste caso, o autor citado afirma que a formação inicial incide na instituição de ensino o que implica dizer que quando o aluno vê de forma teórica as medidas necessárias para trabalhar com a educação inclusiva. A trajetória da formação inicial no Brasil, obedecendo, assim, do ângulo da inclusão, dá o direito do educando com deficiência frequentar a escola regular, partindo da política de inclusão, e se efetivando no currículo das universidades.

De outro modo, de acordo com Libâneo (2012, p.85):

Em relação aos conceitos políticos, sociais, institucionais, há que se considerar que não se trata apenas de buscar os meios pedagógico-didáticos de melhorar e potencializar a aprendizagem dos professores pelas competências do pensar, mas também de fazer leitura crítica da realidade.

Entre linhas gerais, é essencial que seja feita uma leitura crítica da realidade destacada pelo autor, a nova realidade que precisamos entender a importância de conseguir interagir no contexto da diversidade, sendo esse um fator real e presente na sociedade pós-moderna.

2.2.1 A problemática da formação dos professores

A problemática da formação dos professores no Brasil, de maneira especial para a educação básica, vem sendo debatida como uma herança de incômodos que ainda não conseguiram ser superados, mesmo com o passar dos anos e com as medidas que foram tomadas atualmente. Dessa forma, a formação do professor trouxe questionamentos e diferentes concepções, inclusive do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que vê a formação do professor como uma proposta que deve fortalecer uma melhora na educação e que deve ir além de cursos de especialização.

A este respeito, Garcia (2011, p.67) se expressa:

A temática da formação de professores esteve presente nas proposições políticas para os diversos níveis e para as diversas modalidades da Educação nacional na última década, como parte da reforma educacional que se iniciou nos anos 1990 e que vem sendo aperfeiçoada ao longo dos anos 2000.

Portanto, é notório que a formação do professor é alvo de modificações, sujeita a alterações que acontecem ao longo do tempo e de acordo com as reformas educacionais que, com o passar do tempo, vêm sendo aperfeiçoadas, também, faz-se necessário que os profissionais estejam interessados em receber uma formação adequada e busquem adquirir novos conhecimentos ao longo da carreira profissional. Dorziat (2011) em seus estudos sobre a formação do professor analisa o tipo de formação e os conhecimentos necessários.

De acordo com Dorziat (2011, p.155):

[...] é necessário que os cursos ou projetos de formação inicial e continuada, na modalidade presencial ou à distância, desenvolvam um olhar mais atento que supere os binarismos inclusão/exclusão, normal/anormal, escola regular/ escola especial, numa nova lógica de valorização das diferenças e do questionamento da globalização hegemônica, visando à construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, a cada grupo, a cada indivíduo.

A fim de que isso realmente aconteça, é preciso considerar, que existe a necessidade de ter uma formação voltada a essa nova realidade, partindo do princípio de incluir e não segregar o “diferente” bem como políticas educacionais que defendem a educação para todos. Assim, destacamos que a formação inicial que ocorre no ensino superior é necessária e merece a reelaboração de um currículo voltado para atender algumas especificidades referentes à nova realidade presente no contexto educacional tendo em vista que para atender as necessidades da nova realidade é necessário um ajuste no currículo das instituições de ensino superior. Para os professores que já exercem a docência, deve ser oferecida uma formação continuada:

Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2001 a)

No que se refere à formação continuada, ela acontece devido à necessidade de ganhar novos conhecimentos além dos recebidos na formação inicial principalmente para aqueles que ainda não tiveram experiências e adquiriram habilidades e competências indo à busca de cursos, especializações e programas para receber novos conhecimentos. Certamente,

seria importante que todos os professores participassem de uma formação continuada ao longo da sua carreira profissional.

O documento que estabelece que o professor da classe comum seja especializado para atender alunos com alguma deficiência é a Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001 em seu artigo 18, pontou-se que:

- 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:
- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
 - II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
 - III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
 - IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Diante do exposto fica evidente que a contribuição da formação para a categoria da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental I e o investimento em formações para garantir a qualificação do docente para atender as demandas do contexto da educação inclusiva, trazendo benefícios para os educando. É indispensável que seja feita uma investigação e que proporcione ao professor o acesso a uma formação continuada.

Nesta perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, inciso III:

Estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos em classes comuns.

Logo, é explícito que a educação de alunos com necessidades especiais deve acontecer no ensino regular para podermos celebrar a educação inclusiva, sendo esse um direito garantido e presente na Lei citada anteriormente. Portanto, deve existir (no ensino regular) educadores que possibilitem a inclusão do educando com necessidades especiais.

3METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Nosso trabalho trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, pois de acordo com Malheiros (2011, p.188) “a coleta de dados qualitativos é um processo que exige muito rigor do pesquisador, porque a observação do fenômeno estará certamente impregnada pela história pessoal daquele que observa”. Assim, essa pesquisa proporcionou uma melhor interpretação dos dados coletados.

A pesquisa teve como foco principal promover um maior entendimento sobre a formação que o professor dos anos iniciais do ensino fundamental I vêm recebendo para atuar na classe regular no contexto da educação inclusiva. Tendo em vista as concepções que o professor tem sobre esse processo.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O público alvo do nosso estudo é constituído por cinco professoras dos anos iniciais do ensino fundamental Ide uma escola regular pública localizada no município de Campina Grande-PB.

Para preservar a identidade das participantes da pesquisa, conservamos os nomes. Assim os participantes da pesquisa são identificados ao longo do nosso trabalho como: participante 1 (Professora A); participante 2 (Professora B); participante 3 (Professora C); participante 4 (Professora D) e participante 5 (Professora E).

A participante 1 no caso a (Professora A) é professora do 4º ano, graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, possui especialização em alfabetização e pré-escola e leciona há 25 anos. A participante 2 (Professora B) é professora do 3º ano, graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, não possui nenhuma especialização e leciona há 10 anos. A participante 3 (Professora C) é professora do 5º ano, graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, tem especialização em metodologia do ensino e leciona há 25 anos no estado e 11 no município, logo são 36 anos. A participante 4 (Professora D) é professora do 1º ano, graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia e Psicologia e leciona há 26 anos. A participante 5 (Professora E) é professora do 2º ano, tem pedagógico na escola normal,

graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia possui especialização em educação infantil e leciona há 31 anos e 8 meses.

Todas as participantes são graduadas em licenciatura plena em Pedagogia e apenas três possuem especialização e somente uma possui duas graduações.

3.3 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Foi utilizado como instrumento metodológico a entrevista semi-estruturada (apêndice), para coleta das informações necessárias a este estudo. A escolha se deu por considerar tal instrumento eficaz para responder os objetivos da pesquisa. De acordo com Malheiros (2011, p.196) “a entrevista tem sido uma das técnicas mais utilizadas para coletar dados não somente na educação, mas em quase todas as ciências humanas e sociais”. Pois ela ocorre de forma natural, com perguntas objetivas que foram feitas e o entrevistado terá liberdade para expor sua opinião.

Logo que cada entrevista foi concluída, realizou-se a transcrição das mesmas, respeitando a fala e as minúcias das respostas para posteriormente dividi-las em categorias.

3.4 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola regular pública do ensino fundamental I, localizada no município de Campina Grande - PB. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, constam matriculados (339) alunos. A escola funciona nos turnos da manhã e da tarde, e possui cinco salas de aula, do 1º ano ao 5º ano do ensino fundamental I. Quatro alunos apresentam laudo médico, 02 são diagnosticados com déficit mental leve, 01 com paralisia cerebral e 01 é diagnosticado com transtorno global de aprendizagem e transtorno de desenvolvimento do humor. Os mesmos recebem atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A escola dispõe de uma sala de recursos multifuncionais, apresenta rampas de acesso e um banheiro adaptado, além de ser um ambiente espaçoso e agradável.



Figura 1: Rampas de acesso.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 2: Sala de Recursos Multifuncionais - SRM.

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 3: Banheiro adaptado.
Foto: Arquivo pessoal.

Não obstante, para que fosse possível ocorrer a pesquisa enviamos um documento para as professoras esclarecendo que essa pesquisa estava sendo realizada para realização de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Dessa forma, a instituição de ensino permitiu que realizássemos a pesquisa.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise, tomamos o dito por Bardin (1977, p.33) “a análise de conteúdos é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos”. Dessa maneira, percebemos que esse tipo de análise nos permite uma maior possibilidade de investigação sobre as mensagens presentes nos materiais analisados.

Após aplicarmos a entrevista com os participantes da presente pesquisa, dividimos o seu discurso de acordo com os questionamentos e as respostas em categorias. Assim, apresentamos em cinco categorias. A primeira categoria denominamos *educação inclusiva na ótica dos professores*, a segunda *a participação em cursos ou programas na área da educação inclusiva*, a terceira *o aluno com deficiência na sala de aula*, a quarta *os desafios encontrados no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular*, por fim a quinta categoria *o que melhoraria o processo de inclusão dos alunos deficientes*.

A problemática investigada levou à interpretação e à reflexão dos dados coletados. Levando em conta todas as entrevistas e as observações feitas, após a análise e discussão dos conteúdos, foi possível chegar ao resultado final da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse item, apresentamos e discutimos as cinco categorias construídas através das respostas coletadas pelas entrevistadas.

4.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ÓTICA DOS PROFESSORES

Essa categoria teve como objetivo analisar a concepção das cinco professoras entrevistadas sobre a educação inclusiva. Percebemos que apenas duas delas apresentam uma percepção satisfatória sobre o que é a educação inclusiva. A participação das professoras teve muita significância para nossa pesquisa, porquanto esclareceu alguns pontos como, por exemplo, a concepção que as mesmas têm sobre o termo inclusão.

A seguir, o relato das professoras A e D:

[...] Educação inclusiva é a educação que tem portas abertas para todo tipo de criança, branca, preta, magra, gorda e qualquer outro tipo de deficiência; é considerar a criança incluída no processo de aprendizagem. (Professora A)

[...] Acho que o próprio nome já diz, educação inclusiva é incluir a todos e não só os especiais. (Professora D)

Diante do que foi demonstrado acima sobre o tema e de acordo com nossos conhecimentos lá explicitados anteriormente, podemos perceber que a professora A e D apresentam uma concepção sobre o que significa inclusão.

Observamos, então, que a educação inclusiva é um tipo de educação que deve incluir a todos. Como afirma Machado (2008, p.71) “a inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas. Ela não está limitada à inserção de alunos com e sem deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos”. Posto isso, a educação inclusiva tem como objetivo incluir todas as pessoas independentemente de suas diferenças e não apenas incluir a pessoa que possui uma deficiência.

Nessa categoria, concordamos com a visão de Possa e Naujorks (2014, p.450): “a inclusão se constitui em uma temática que movimenta a formação de professores para atuar com o campo da Educação Especial, pois se naturalizou o discurso que enaltece os benefícios de se conviver com a diferença e que todos podem aprender com ela”. Percebemos, então, que a inclusão ocorre na medida em que é possível aceitar as diferenças e conviver com elas. Porém, ela

também ocorrerá com a ajuda de professores que estejam preparados para trabalhar no contexto da educação inclusiva. Pois, através de profissionais preparados é que será possível tentar concretizar a educação inclusão.

Contudo, também existem professoras que apresentam uma resposta equivocada em relação ao que significa a educação inclusiva. Noutros termos, três participantes apresentam uma concepção confusa sobre o significado de inclusão; as professoras B, E e C apresentam as respostas da seguinte forma:

[...]Eu entendo que a gente tem que incluir toda criança na sala de aula, apesar de não concordar, por que assim,; a gente não domina os sinais nem nada, nós não somos preparados. (Professora B)

[...]A educação inclusiva é apenas um processo que se tivesse condições de se manter tudo bem, só que não tem condição de existir essa inclusão, pois existem crianças com diversas deficiências. (Professora E)

[...]A educação inclusiva é o ensino que vai incluir as crianças com algum tipo de deficiência. (Professora C)

Percebemos que a professora B destacou que não é preparada, por consequência essa profissional não concorda com a educação inclusiva por que ela tem certeza que não está preparada para atender um aluno com necessidades educacionais especiais dentro da educação formal.

A professora C, delimita que incluir significa apenas incluir alguma pessoa que possua uma deficiência e na verdade sabemos que apenas não é só ele, se não todos e aqueles que possuem alguma necessidade educacional especial. Segundo Batista e Enunio (2004, p.102) “a palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional”. Deve-se, portanto, garantir uma inclusão completa e não pela metade devendo compreender que para incluir é necessário fazer com que o educando participe de todas as atividades pedagógicas da escola e não ficar separado, ou seja, excluído.

Analisando a resposta E, deduzimos que essa professora desconhece o objetivo da educação inclusiva, que é incluir a todos. Entretanto, percebemos que ainda é bastante presente o estranhamento frente à deficiência porque é algo que foi construído ao longo da história e os sintomas de discriminação são despertados através do convívio com o outro, logo, ocasionando relações estigmatizadas e marcadas pela tolerância e o preconceito.

Diante das constatações e dos autores supracitados, compreendemos que um dos principais problemas da inclusão escolar é que os professores não estão recebendo uma

formação adequada para atender as demandas da educação inclusiva assim como a inexistência de articulação entre a teoria e a prática pedagógica. Creemos que esse processo comprometerá o ensino-aprendizagem dos educandos, pois a ação pedagógica do docente deverá atender as necessidades educacionais dos alunos e contribuir para a aprendizagem.

4.2A PARTICIPAÇÃO EM CURSOS OU PROGRAMAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A segunda categoria objetivou conhecer e avaliar a formação que os professores estão recebendo para atuar no contexto da educação inclusiva. Três entrevistadas afirmaram nunca ter participado de algum curso ou programa lançado para a educação inclusiva.

Vejamos as seguintes respostas:

[...]Não, já tive oportunidade de trabalhar numa escola que abrigava o instituto dos cegos, então, foi uma vivência muito rica com os portadores de deficiência visual, pessoas altamente inteligentes e sensíveis a qualquer assunto e a gente aprende muito com as outras professoras lá dentro.(Professora A)

[...]Não, nunca participei de nenhuma formação continuada pra educação inclusiva. (Professora C)

[...]Não, nunca participei.(Professora D)

Três das docentes que foram entrevistadas atualmente, têm alunos com deficiência em sala de aula. Vale ainda ressaltar que nenhuma delas tem formação específica para educação especial, mas como a professora A afirmou: “uma ajuda à outra, elas trocam experiências”. Conforme afirma Charlot (2012, p.104) “os professores, na verdade, estão se formando mais com os outros professores dentro das escolas do que nas aulas das universidades ou dos institutos de formação”. Existe dentro da escola um trabalho de cooperação entre docentes para enfrentar as dificuldades dos alunos com NEE.

Constatamos que falta uma formação capacitadora ao professor para que estes contribuam na inclusão do educando, visto que depende da capacidade do professor em promover sua aprendizagem e participações sendo a falta de formação do professor um fato real.

Segundo Possa e Naujorks (2014, p.451) “a formação de professores para o campo de Educação Especial vai projetar/inventar um profissional que tendo detectado a deficiência,

passa a ter, na escola inclusiva, a função de planejar um processo de ajuste do indivíduo”.Em outras palavras, para que o educando seja incluído é necessário que o docente esteja preparado, de outra não terá como incluir a criança se o profissional não souber como intervir.Corroboramos que os docentes não estão sentindo-se preparados para atender educandos com necessidades especiais no ensino regular.

Apenas duas das cinco entrevistadas afirmaram que participaram de cursos de formação para a educação inclusiva:

[...]Sim, inclusive eu já participei da sala de multimeios por dois anos. Foi uma formação oferecida pela prefeitura. (Professora B)

[...]Sim, pela prefeitura porque todas as vezes que tem eu participo, mesmo assim acho que falta muito.(Professora E)

Podemos concluir que os cursos de formação são oferecidos, mas apenas poucas docentes participam, prejudicando ainda mais o contexto da educação inclusiva.

A professora E, esclarece que todas as vezes que é oferecido cursos de formação para os professores ela participa e isso é importante por que os professores precisam ter interesse em participar para aperfeiçoar seus conhecimentos e adquirir habilidades de como intervir para atender as necessidades dos educandos. A educação inclusiva se concretizará, de fato quando toda a equipe pedagógica se unir e buscar atender as necessidades dos alunos.

Nessa perspectiva Sant’Ana(2005,p.228) explica que “a formação deficitária traz sérias consequências à efetivação do princípio inclusivo, pois este pressupõe custos e rearranjos posteriores que poderiam ser evitados”.A falta de uma formação adequada para atender as demandas da educação inclusiva irá trazer sérias consequências para a educação inclusiva, ou melhor, já traz.

4.3 O ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA

Neste item, identificamos a existência de alunos com deficiência na sala de aula regular. Todas as docentes entrevistadas afirmaram que têm ou tiveram algum aluno com deficiência em sala de aula como afirma a professora A:

[...]Sim, ano passado tive criança com problema neurológico, que segundo a gestora, ele, era diagnosticado com aquele problema mais grave de neurologia de “loucura”, dislexia, problemas de atenção.... Atualmente, não tenho alunos com problemas.(Professora A)

Observamos que a professora A, fez uma relação de crianças com doença mental ou com retardo ao invés de se referir a uma criança com deficiência. Para Bridi e Baptista (2014, p.499) “o retardo mental implica um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média e comprometimento no comportamento adaptativo, tendo seu início antes dos 18 anos de idade”. Por definição, existe um atraso no comportamento, intelecto e desenvolvimento do educando, porém essas características não se enquadram para confirmar que é uma deficiência, e sim um retardo.

A docente aparentemente não sabe definir o que é uma deficiência. Ela tem, literalmente, um conceito equivocado em relação ao que significa a palavra “deficiência”. Temos a concepção que esse é um conceito social que estigmatiza a pessoa que é deficiente. Para tanto a palavra deficiência significa:

Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Inclui-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (AMIRALIAN, et.al, 2000.p.98)

Podemos ressaltar que os autores esclarecem que o termo deficiência é algo de estado patológico, ou seja, é produzida no organismo do indivíduo e está presente nas suas características. Numa reflexão sobre deficiência, não podemos deixar de expor o total de deficientes que residem na Paraíba.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de pessoas com uma deficiência que residem na Paraíba é de 3.766.528. Elas possuem uma ou mais de uma deficiência, dentre elas a deficiência auditiva, visual, motora e mental intelectual. (BRASIL, 2010)

Assim, percebemos que o total de pessoas com algum tipo de deficiência é cada vez mais crescente e compreendendo isso, percebemos a necessidade de existir professores capacitados para atender as necessidades dos educandos no ensino regular.

A professora B, ao ser questionada “se já teve ou tem educandos com alguma deficiência em sala de aula”, ela afirma que já teve muitos alunos com deficiência.

Vejamos o seguinte discurso:

[...]Muitos. Já tive uma mental grave; tive duas surdas. Foi assim que eu comecei a aprender a trabalhar com surdos por que elas dominavam a língua de sinais e faziam leitura labial e eu aprendi muito com elas, me estimulou a querer aprender LIBRAS, embora seja muito difícil, porque o principal problema era a comunicação. (Professora B)

Percebemos que a professora em questão, relata ter aprendido um pouco de da língua de sinais com as educandas surdas e afirma que isso estimulou a querer aprender a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ela ergueu um ponto positivo: oportunidade de vivenciar a experiência de ter alunas surdas; a mesma teve o interesse em aprender LIBRAS. Em seguida, ela destaca que as alunas faziam leitura labial como meio de comunicação.

Para essa questão, destacamos Lacerda (2006, p.166) “o acesso à comunicação, já que são necessárias intervenções diversas (boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outros)”. Sendo assim, é necessário ter um apoio, mas no caso da professora B o ideal seria ter um intérprete em sala, contudo ela não tinha. Portanto, isso prejudica ainda mais o ensino-aprendizagem dos educandos surdos.

A professora C, afirma que teve alunos com deficiência, percebemos que a mesma desconhece o que significa deficiência.

Vejam os:

[...]Sim. Criança hiperativa, deveria ter um professor especial pra ele, mas depois eu percebi que ele melhorou o comportamento estudando na sala regular e atualmente, estou com uma aluna que tem déficit mental. (Professora C)

Diante do que foi exposto acima sobre hiperatividade, Signor(2013, p.1146) afirma que “o TDAH é um transtorno neurobiológico, de base genética, responsável pelo surgimento de sintomas de hiperatividade, impulsividade e desatenção (...)”. Logo, a professora C confundiu criança hiperativa com uma criança deficiente, que é diferente. Esses dados demonstram uma ausência de formação continuada que aborde compreensões de inclusão e as características de uma criança com hiperatividade, na maioria das vezes, é comum um aluno ser chamado de hiperativo e pelo simples fato dele ser desatencioso na sala de aula. O que deve ser feito, é a utilização de recursos pedagógicos em sala de aula que despertem a curiosidade desse aluno por parte da docente, e assim, prestará mais atenção.

Vejam os discursos das professoras D e E:

[...]Sim. Tive e tenho. Essa é uma das dificuldades da gente. É que a gente não recebe diagnóstico esse ano eu recebi um aluno com diagnóstico de déficit mental quando na verdade ele não tem e a gente chegou a esse diagnóstico através de investigação própria. Que ele tem esse diagnóstico porque ele está tentando conseguir um benefício social mais na verdade ele não tem retardo mental, e sabemos que ele tem altas habilidades porque ele se alfabetizou sozinho com uma televisão. A gente acha que ele tem hiperatividade, eu acredito que sim e alguma outra deficiência que a gente não recebeu diagnóstico e alguns dos que eu tenho fazem tratamento só que aqui não chegou diagnóstico e assim fica difícil porque não tem como você saber como trabalhar com essa criança. E essa é uma das dificuldades, pois não sabemos como prosseguir e que recursos metodológicos vamos usar com a criança. Eu já tive aluno bipolar, com hiperatividade, déficit de aprendizagem, e as outras faltam ter diagnóstico. (Professora D)

[...]Sim. Eu trabalhei em uma escola que era o CEI, (Centro Educacional Infantil). Lá foi umas das primeiras escolas. Lá a gente ficava com crianças com síndrome de down, problemas de aprendizagem, diversas e os ditos “normais”. Lá eu só saí porque sofri um acidente, mas lá tinha todo atendimento e lá era bom de se trabalhar. Mas, atualmente, eu não tenho alunos deficientes. (Professora E)

A dificuldade apresentada pela professora D é a ausência de crianças com diagnóstico, relatando que pelo fato de não ter um diagnóstico/laudo correto do aluno ela mesma investigou, se aquela criança realmente tem déficit mental e deduziu que a criança é hiperativa. O principal problema exposto por ela é a falta de diagnóstico e dessa forma o professor não saberá quais recursos metodológicos irá usar para contribuir no ensino-aprendizagem do seu aluno com deficiência.

Como explica Enumo (2005, p. 117) “ (...) o diagnóstico deve ser um processo contínuo e sistemático de avaliação cujo objetivo é investigar interpretar, orientar e, sobretudo, prevenir a estigmatização de indivíduos identificados por suas diferenças”. Por consequentes, a falta de diagnóstico prejudica a aprendizagem da criança, pois com o laudo médico a professora poderá trabalhar de acordo com a necessidade do educando, sabendo assim quais recursos metodológicos deverá utilizar. Para que isso seja possível, é necessário que a família trabalhe em parceria com a escola, contribuindo e levando seus filhos com deficiência para a escola juntamente com o laudo médico. Dessa forma, quando for percebida alguma diferença na criança os pais sejam alertados.

4.4 OS DESAFIOS ENCONTRADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR

Nessa categoria, percebemos que quatro professoras que foram entrevistadas responderam que o principal desafio encontrado no processo de inclusão é a falta de preparação do professor, isto é, a falta de profissionais capacitados na rede de ensino.

Observemos as seguintes respostas:

[...]Normalmente o que fica muito claro é a falta de qualificação de profissionais na rede, qualquer um que se perguntar vai dizer como eu disse. Não tive uma capacitação específica. Acho que esse é o maior problema. Se você quiser saber se reiterar vai partir da sua boa vontade de ir buscar, de comprar uma revista ou um livro que atenda a sua curiosidade. Falta formação continuada. A esse respeito e em termo de política pública ela está devendo, existe só que é pouco; eu vejo mais na educação infantil do que no ensino regular. Falta políticas públicas que queiram qualificar o profissional, para que de fato, temos noções básicas de psicologia e como lidar com criança deficiente e um respaldo na qualificação continuada a teoria que auxilia a prática, porque você não sabe resolver porque não tem conhecimento sobre o assunto. (Professora A)

[...]As dificuldades são muitas, primeiro do professor da sala de aula que não domina totalmente; ele tem algumas noções por que as formações que recebemos são de curto prazo. É uma semana e dentro de uma semana, não dá pra apreender línguas e outros conhecimentos. (Professora B)

[...]Eu acho que um dos problemas é esse. É que a gente desconhece a deficiência daquelas crianças que recebemos porque não tem diagnóstico e assim não vamos saber como lidar com ela. Ela deve ser incluída na escola regular e recebemos ele aí? Nós não recebemos informação e o problema é que falta formação do professor. (Professora D)

[...]O desafio é que deveria haver mais pessoas capacitadas, porque sabemos que o município pode bancar isso, e a gente não está preparado. (Professora E)

Para a análise dessa categoria, contamos com Sant'Ana (2005, p.228) “o que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema”. Em outros termos, o principal problema é a falta de formação especializada, pois, dessa forma, será cada vez mais difícil alcançar os objetivos da inclusão.

A falta de preparação dos docentes é um tema que requer atenção. A professora B destaca que as formações que elas recebem são de curto prazo, com isso podemos inferir que as formações oferecidas pela rede municipal são breves e não ajudam muito, caso contrário será impossível aprender apenas durante uma semana de formação. A formação dos docentes é um aspecto que deve ser destacado quando se aborda a inclusão. Muitos dos educadores sentem-se despreparados e apreensivos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula regular.

Apenas uma professora explicou que o principal desafio é as crianças hiperativas, vejamos a resposta:

[...]É justamente as crianças hiperativas que faz com que a professora tenha mais dificuldade pra controlar a turma. (Professora C)

No caso da professora C, ela destaca que o desafio encontrado é o comportamento das crianças hiperativas afirmando, assim, que essas crianças são causadoras das dificuldades de aprendizagem da sala de aula. Percebemos que durante todas as respostas a professora C demonstra desconhecer o que é uma deficiência, pois para ela o desafio da inclusão escolar é apenas a criança hiperativa, deixando de destacar que ela mesma não tem formação continuada para atender as demandas da inclusiva. Percebemos, então, que os próprios docentes sentem-se despreparados para trabalhar no contexto da educação inclusiva.

4.5 O QUE MELHORARIA O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Naintenção de contribuir no processo de inclusão dos alunos com deficiência, notamos a importância de analisar as sugestões dos participantes da pesquisa, porque acreditamos que esses dados serão relevantes para outros educadores da área. Estando, nesta visão, inteiramente voltado para o que de fato poderá melhorar a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência.

Vejamos as seguintes recomendações:

[...]Eu retorno à questão da qualificação se você conhece a causa estuda e tem mais abertura porque muitas vezes você critica daquilo que você não sabe e a partir do momento que você tem um maior conhecimento fica mais reflexível. (Professora A)

[...]A dica que eu posso dar é que já existe. Por que a gente tem direito de ter alguém em sala. Se eu tiver um surdo e tenho o direito de ter alguém que me der assistência, isso na lei, mas na prática não acontece. Outra é que temos o estímulo por que a secretaria sabe que nós temos aquele aluno em sala, mas em recurso ela não faz nada; a própria valorização do professor por que eles querem o aluno dentro da escola só que eles não respeitam a gente e não oferecem capacitação. (Professora B)

[...]Eu acho que se tivesse uma pessoa que fosse preparada e que tivesse uma em cada sala aí eu acho que talvez assim melhorasse. (Professora C)

[...] *Eu acho que tem que haver formação para os professores, porque se é inclusão nós, professores também temos direito e os outros normais também porque temos que receber. A lei precisa nos acobertar e nos preparar porque as pessoas dizem “deem seus pulos”, e aqui eu sou professora e vou agir como professora e não como psicóloga.* (Professora D)

[...] *Deveria ter capacitação do pessoal, aconchego, chegar junto, porque a direção fica lá no canto dela e num faz nada. Faz 31 anos que eu tô aqui e acho que nada avançou. Nada, porque a novidade agora foi essa sala multifuncional, fora isso, nada.* (Professora E)

Diante do que foi exposto, podemos ressaltar que apesar dos inúmeros estudos e pesquisas que vêm sendo realizadas nessa área e de alguns estudiosos que citamos nesse trabalho, fica evidente que a melhoria virá a partir do investimento nas formações continuadas dos docentes na área da educação inclusiva. A capacitação dos professores e o investimento em formação continuada necessitam demais investimentos da rede pública de ensino com relação à educação inclusiva. Atualmente, esse, é um dos procedimentos que beneficiará no processo de inclusão de acordo com as sugestões indicadas pelas professoras participantes da pesquisa.

Para a análise dessa categoria, tomamos como base Possa e Naujorks(2014,p.451):

[...] formação de professores no campo da Educação Especial, pois se constitui na formação de um processo de preparação profissional que faz exercitar um modo de olhar que se propõe identificar o anormal na análise de conduta e comportamentos dos indivíduos anormais/ deficientes. Uma formação que prepara para identificar os destoantes que mesmo incluídos, ao serem marcados como alunos da inclusão, vão constituir o conjunto da exclusão.

É necessário que o docente participe de formações continuadas a fim de contribuir para a inclusão daqueles que muitas vezes são os excluídos da sociedade e que esteja preparado para atender os seus educandos de acordo com as precisões de cada um. A falta de formação é o principal obstáculo para conseguir atender as necessidades da educação inclusiva. Trabalhar no contexto da inclusão é um desafio, pois apenas com o conhecimento aprofundado é que os professores poderão transformar a realidade e ajudar no ensino-aprendizagem dos educandos.

Com isso, o que de mais verdadeiro temos percebido é a urgente necessidade de se investir na formação continuada dos docentes sendo esse um apoio fundamental para despertar o respeito com o outro e atender as necessidades educacionais de cada aluno. Assim, aprovar a perspectiva da educação inclusiva, é incluir a todos.

Essa realidade presente no contexto educacional da educação inclusiva destaca as dificuldades que são refletidas na prática pedagógica. Constantemente, os docentes se deparam

entre a diversidade presente no contexto escolar e eles precisam estar preparados para interagir com seus alunos. Dessa forma, o processo de inclusão acontecerá de forma coletiva, ou seja, na medida em que toda a comunidade escolar se unir e estiver interessada em acolher a todos de maneira igualitária.

Apesar da educação inclusiva ser uma realidade nas escolas públicas, ainda se apresenta-se como um grande desafio principalmente no que se refere à formação do educador. Nesse caso, as professoras participantes da pesquisa não tiveram uma formação para atender as demandas da educação inclusiva, o que dificulta um atendimento pedagógico que vai responder às necessidades educacionais de alunos com necessidades educacionais especiais.

À GUIA DE CONCLUSÕES

A partir da investigação que foi realizada sobre a formação que o professor dos anos iniciais do ensino fundamental I da escola regular pública vem recebendo para atender alunos com uma deficiência frente à proposta da educação inclusiva, foi possível compreender melhor o assunto; identificamos que um dos principais problemas encontrados dentro da educação inclusiva está relacionado ao fato de não ter profissionais preparados para atuar no contexto da educação inclusiva de acordo com a diversidade presente na sala de aula regular.

O contexto escolar é diversificado e sabendo disso percebemos a necessidade de ter profissionais especializados e preparados para conseguir interagir com essa nova realidade, pois é notório os desafios encontrados e que precisam ser superados dentro da educação inclusiva. Foi também possível perceber através das entrevistas que as professoras destacam que um dos principais desafios é a falta de formação adequada. Essa falta de preparação prejudicará bastante o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Ainda, constatamos que, apenas duas das docentes que foram entrevistadas participaram de algum tipo de formação continuada para a educação inclusiva. É de fundamental importância que a educação inclusiva possa concretizar-se e desenvolver-se para contribuir na sociedade, assim, cabe à formação continuada preparar e formar profissionais para auxiliar na construção de uma sociedade menos excludente.

Em suma, os resultados deste estudo revelam a necessidade do docente participar de formações continuadas, pois isso é um dos principais obstáculos para a efetivação da educação inclusiva. Apenas matricular o aluno com algum tipo de deficiência na escola regular não significa incluir, pois o ato de incluir é proporcionar aprendizagem para o educando e incluí-lo em todas as atividades realizadas.

Trabalhar no contexto da inclusão é um desafio; exige do professor conhecimentos teóricos sobre a temática e habilidades didático-pedagógicas para que o mesmo possa fazer uma intervenção didática que atenda ao mesmo tempo a diversidade e as especificidades de aprendizagem dos alunos. O que temos percebido é a urgente necessidade de se investir na formação continuada dos professores sendo esse o suporte fundamental para despertar o respeito com o outro e atender as necessidades de cada aluno.

Diante desse estudo que desenvolvemos, acreditamos que ele pode contribuir para a sociedade porque destaca a necessidade do docente estar preparado para colaborar no ensino-aprendizagem dos educandos na educação inclusiva, assim conhecendo os recursos

metodológicos que devem ser utilizados na perspectiva de proporcionar aprendizagem para o educando e como deverá incluir o aluno.

Finalmente, finalizamos estas considerações não conclusivas, porque compreendemos que esse tema requer uma atenção especial, e que partiu do pressuposto de investigar se os docentes estão de fato preparados para atender no contexto da educação inclusiva. Não obstante, é preciso trazer à tona e começar a refletir sobre a necessidade de existir profissionais capacitados e que se sintam preparados para atender alunos com necessidades educacionais especiais e, por conseguinte ajudar no processo de aprendizagem dos educandos, sendo isso, uma medida indispensável para que o ensino regular seja exercido em uma perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como está tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O.et.al. (Orgs.). **Tonar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

AMIRALIAN, M, L. et.al. Conceituando deficiência.**Saúde Pública**,São Paulo-SP, v. 34,n.1,p. 97-103, 2000. Disponível em:<<http://www.scielo.org/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>>. Acesso em: 18 Ago.2014.

AZANHA, J, M, P. Uma reflexão sobre a formação da escola básica.In: _____. (Org.). **A formação do professor e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdos**. Lisboa: Edições 70, LDA, 1977.

BATISTA, M,W; ENUMO, S, R, F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia**,Universidade Federal do Espírito Santo, v.9, n.1, p.101-111, 2004.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386.pdf>>. Acesso em: 24 Ago. 2014.

BRASIL. Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/resolucaocne.pdf>>. Acesso em: 18 Mar. 2014.

_____, **Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia- IBGE**. Brasília: DF, 2010. Disponível em:<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>>. Acesso em: 14 Jul. 2014.

_____, **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da educação especial. Estabelece as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001 b.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 15 Ago.2014.

_____. **Referenciais para formação de professores**. Secretaria de educação Fundamental. Brasília, 1999.

BRIDI, F,R; BAPTISTA,C,R. Deficiência mental: o que dizem os manuaisDiagnósticos?.**Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 499-512, maio/ago, 2014. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.Acesso em: 25 Ago.2014.

CARDOSO, M, S. Aspectos Históricos da educação especial: da exclusão á inclusão- uma longa caminhada. In: STOBASUS, C, D.; MOSQUEIRA, J, J, M. (Orgs.). **Educação especial: em direção á educação inclusiva**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CHARLOT, B. Formação de professores: a pesquisa e a política educacional. In: PIMENTA, S, G; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7° ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORREIA, L, M. Dez anos de Salamanca, Portugal e os alunos com necessidades educativas especiais.In: RODRIGUES, Davis. (Org.).**Inclusão e educação, doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summes, 2006.

DOZIART, A. A formação de professores e a educação inclusiva: desafios contemporâneos. In: CAICO, K, R, M; JESUS, D, M; BAPYTISTA, C, R. (Orgs.). **Professores e Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC. v.2.2011.

ENUNO, S, R, F. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar.**Revista brasileira de educação especial**, Marília, SP,v.11, n.3. Dez. 2005. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000300003>.Acesso em: 17 Ago. 2014.

FERNANDES, Sueli. Um pouco de história. In: _____. (Org.). **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibplex, 2006.

FERREIRA, W, B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, Davis. (Org.). **Inclusão e educação, doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summes, 2006.

FIGUEIREDO, R, V. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M, T, E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

FREITAS, S, N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação, doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summes, 2006.

GARCIA, R.M. C. Política Nacional de Educação Especial nos anos 2000: A formação de professores e a hegemonia do modelo especializado. In: CAICO, K, R, M; JESUS, D, M; BAPYTISTA, C, R. (Orgs.). **Professores e Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC. v.2.2011.

LIBÂNIO, J, C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro. In: PIMENTA, S, G; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, R. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura inclusiva. In: MANTOAN, M, T, E (Org.), **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

MALHEIROS, B, T. Coleta de Dados Qualitativos. In: _____.(Org.) **Metodologia da pesquisa em educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: _____.(Org.). **Profissão Professor**. 2ed. Portugal: Porto editora, 1999.

NÓVOA, A. Concepções e práticas de formação contínua de professores. In: _____.(Org.). **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa:Educa. 2002.

POSSA, L, B; NAUJORKS, M, I .Alguns efeitos do nosso tempo na formação de professores da Educação Especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49 ,p. 447-458, maio/ago, 2014. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.Acesso em: 28 Ago.2014.

SANT'ANA, I, M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**,Maringá,v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>>.Acesso em: 27 Ago. 2014.

SIGNOR, R. Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade: uma análise histórica e social. **Revista Educação Especial**,Santa Maria,v.30, n. 52. 2013. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.Acesso em: 24 Ago. 2014.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do outro. In: RODRIGUES, Davis. (Org.).**Inclusão e educação, doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summes, 2006.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1-PARTE: DADOS PROFISSIONAIS:

1.1: Identificação:

1.2: Formação acadêmica:

1.3: Tempo que leciona:

2-PARTE: DADOS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

2.1: O que você entende por educação inclusiva?

2.2: Você já participou de algum curso de formação de educadores para educação inclusiva?

Sim, quais cursos?

Não

2.3: Você já teve algum aluno com deficiência na sala de regular?

Sim, quais deficiências?

Não

2.4: Caso a questão anterior for afirmativa, responda: a escola regular utiliza ou já utilizou algum procedimento pedagógico com o aluno com deficiência no processo de inclusão escolar?

Sim, quais procedimentos ?

Não

2.5: Na sua opinião, quais os principais desafios encontrados no processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular?

2.6: Quais recomendações você daria para melhorar o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência?

Obrigada pela colaboração!